

“O QUE É UM CLÁSSICO?”

Sainte-Beuve

BREVE APRESENTAÇÃO

Oswaldo Manuel Silvestre

Universidade de Coimbra/Centro de Literatura Portuguesa

Na abertura do capítulo II do vol. III da sua monumental *História da crítica moderna*, dedicado a Sainte-Beuve (aliás, Charles-Augustin Sainte-Beuve, 1804-1869), René Wellek apresenta o autor com palavras esclarecedoras: “Foi o crítico por excelência, e o mestre indiscutível, não apenas da França mas de toda a Europa e Américas” (1972: 61). Sintomaticamente, a esta descrição inicial segue-se, por todo o capítulo, o elenco das reservas que uma figura tão emblemática do projeto novecentista da Teoria da Literatura como Wellek não pode deixar de apontar a Sainte-Beuve. Tais reservas concentram-se na prioridade atribuída pelo método do grande crítico à biografia do autor e na conseqüente confusão entre vida, homem e obra. A investigação literária, lamenta-se Wellek numa passagem marcante, subordina-se inteiramente à biográfica; e o crítico nada mais deseja do que arrancar a máscara mundana do poeta de modo a alcançar o homem que mora no seu fundo. “Hoje em dia, conclui Wellek, este método parece-nos totalmente errado” (1972: 67). Acresce o facto de Sainte-Beuve nem sempre ter escrito sobre obras literárias, em sentido restrito, tendo manifestado, pelo contrário, uma disponibilidade não contrafeita para abordar biografias, memórias ou textos genologicamente afins de e sobre generais, políticos, grandes damas

do *Tout Paris*, etc. A restrição formalista do foco ressentido em Wellek esta irrestrita generosidade de âmbito, que faria de Sainte-Beuve um crítico equivocado, no que toca a uma boa definição do objeto legítimo da crítica literária. Ainda assim, Wellek é sagaz o bastante para perceber que Sainte-Beuve integra não apenas a história da crítica literária como, pelo conjunto de qualidades que o definem – “encanto e amenidade do seu estilo, autoridade de tom, erudição impressionante e sólido saber, invejável saúde intelectual, bom juízo e depurado gosto” (1972: 61) –, é uma “figura magna da história intelectual europeia”.

A *História da crítica moderna* começou a ser publicada em 1955, data da edição dos dois primeiros volumes (e data ainda em que Wellek prefacia a primeira edição da obra de referência de Victor Erlich, *Russian Formalism. History, Doctrine*). Um ano antes fora publicada uma obra póstuma de Marcel Proust, redigida de facto entre 1908-1910, com o sugestivo título *Contre Sainte-Beuve*. No capítulo VIII dessa obra, “O método de Sainte-Beuve”, Proust faz a demolição desse método em palavras que gerações sucessivas de teóricos e críticos não mais deixariam de invocar:

A obra de Sainte-Beuve não é uma obra profunda. O famoso método, que faz dele, segundo Taine, Paul Bourget e tantos outros, o mestre indiscutível da crítica do século XIX, esse método, que consiste em não separar o homem e a obra, em considerar que não é indiferente, para julgar o autor de um livro, a menos que o livro seja um “tratado de geometria pura”, responder previamente a questões que parecem o mais estranhas possível à sua obra (como se comportava ele, etc.), e rodear-se de todas as informações existentes sobre um escritor, reunir a sua correspondência, interrogar os homens que o conheceram, falando com eles se ainda forem vivos ou lendo o que sobre ele escreveram se já tiverem morrido, esse método desconhece aquilo que um conhecimento

mais profundo de nós mesmos nos ensina: que um livro é o produto de um eu diferente daquele que manifestamos nos nossos hábitos, na sociedade, nos nossos vícios. (Proust, 2000: 126-127)

Lido à luz do formalismo triunfante em meados do século XX, e sobretudo usado como reforço (um tanto caído dos céus e por isso inestimável...) dos argumentos centrais da versão formalista do sujeito-autor e, em consequência, da sua versão do fenómeno literário e da leitura crítica, o texto de Proust fixou duradouramente uma certa imagem de Sainte-Beuve como autor – em rigor, coautor – de um método crítico (biógrafo e impressionista) *a não seguir*. A desqualificação do método, reforçada no período estruturalista, arrastou o desinvestimento na leitura da obra vastíssima e, por isso mesmo, de interesse desigual.

Eis senão quando, duas gerações depois, o século XXI assiste à mais inesperada das ressurreições: a de Sainte-Beuve. Uma série de livros¹ e de artigos em publicações académicas² trazem de novo Sainte-Beuve ao convívio da academia, como se o seu nome funcionasse por antonomásia para uma série de questões que a era da Teoria julgara ter resolvido mas que afinal se vieram a revelar tão inevitáveis quanto intratáveis: a questão do literário enquanto objeto e ontologia, a questão do sujeito-autor, a questão da crítica enquanto produção (inevitável?) de juízo, a questão dos meios ou suportes da crítica (de novo pertinente na era da transição do jornal em papel para a internet), enfim, a questão, muito francesa, do clássico e, de modo talvez menos pertinente para Sainte-Beuve, a do cânone. Inevitavelmente, este retorno do recalcado funciona em certos contex-

1 Refiram-se alguns: Casanova, 1995; Crépu, 2001; Lepenies, 2002; e o pioneiro livro de Cabanis, *Pour Sainte-Beuve* (1987), reativo desde o título.

2 Por todos eles, refira-se Compagnon, 1995.

tos, como é o caso do francês, no regime de um (apelo a um) retorno ao “*método natural* de ler, estudar e ensinar literatura”, tal como ele vigorou desde o século XIX nas escolas francesas, com razoável indiferença pelo impacto das novidades que o século XX trouxe à disciplina. Não é essa, esclareça-se, a área em que o “retorno a Sainte-Beuve” é mais estimulante e a prova disso reside em que o grande livro desta fornada não é francês mas inglês e pertence a Christopher Prendergast. A obra em causa intitula-se *The Classic. Sainte-Beuve and the Nineteenth-Century Culture Wars*, foi editada pela Oxford University Press em 2007 e é seguramente um dos livros notáveis da primeira década deste século nos estudos literários.

Prendergast constrói todo o livro em torno do ensaio de 21 de outubro de 1850, “Qu’est-ce qu’un classique?”, um dos poucos “ensaios metacríticos” (descrição de Prendergast) do autor, publicado no jornal *Le Constitutionnel* e integrado depois no primeiro volume das *Causeries du lundi*. Como o subtítulo do seu livro esclarece, Prendergast está interessado em ler Sainte-Beuve, um tanto ao invés do programa de René Wellek em 1965, data da edição do vol. III da sua *História da crítica moderna*, não como alguém que é imperfeitamente, ou equivocadamente, um crítico literário, mas antes como um paradigma da crítica *cultural* oitocentista. O seu programa consiste numa historicização profunda, e metodologicamente exigente, da produção do autor e o resultado é a inserção de Sainte-Beuve num vasto *panorama* – em aceção tecnológica oitocentista, de “panorama fotográfico” – que nos dá a ver boa parte do século XIX e a forma como a crítica somatiza e age, de modo frequentemente subconsciente mas revelador, sobre as “guerras culturais” do período. O ensaio de 1850, na leitura de Prendergast, condensa a reação burguesa à onda revolucionária de 1848, ano que Sainte-Beuve, no livro sobre *Chateaubriand et son groupe littéraire pendant l’Empire*, de 1861, descreveu como “um ano louco e fatal”. A conclusão do pri-

meiro parágrafo do ensaio de 1850 é, a esse título, tão notável quanto reveladora:

É verdade que para tratar tais assuntos, que são sempre um tanto abstratos e morais, convém ir com calma, assegurar a nossa atenção e a dos outros, e cativar um desses quartos de hora de silêncio, moderação e ócio que são raramente concedidos à nossa amável França, e que o seu génio brilhante suporta com impaciência, mesmo quando ela se esforça por ser bem comportada e se deixou já de revoluções.

“Qu’est-ce qu’un classique?” seria, pois, a contribuição de Sainte-Beuve, só na aparência desinteressada, para que a França pudesse enfim ser *sage*, após o longo e tormentoso período iniciado em 1789 e com um *remake*, felizmente incompleto, em 1848... Registemos, a título de exemplo, a famosa definição de clássico produzida por Sainte-Beuve, antes de ponderarmos as suas implicações:

Um clássico, segundo a definição ordinária, é um autor antigo, já consagrado na admiração, e que é uma autoridade no seu género. A palavra *clássico*, tomada neste sentido, começa a aparecer com os romanos. Em Roma chamavam-se *classici*, não todos os cidadãos das diversas classes, mas apenas os da primeira, que possuíam pelo menos um rendimento de um certo montante. Todos os que possuíam um rendimento inferior eram referidos pela denominação *infra classem*, abaixo da classe por excelência. No sentido figurado, a palavra *classicus* é empregada por Aulo Gélio e aplicada aos escritores: um escritor de valor e distinção, *classicus assiduusque scriptor*, um escritor que conta, desafogado em matéria de bens, e que não se confunde na multidão dos proletários.

É difícil resistir a citar o famoso comentário epigramático de Ernst Robert Curtius a esta paráfrase de Gélio: “Que mina para

uma sociologia marxista da literatura!” (1990: 251). Prendergast decide explorar a mina e o que daí resulta são palavras como estas:

Tendo testemunhado, com um misto de horror e terror, o proletariado contemporâneo nas ruas e barricadas em 1848, ele [Sainte-Beuve] traçou firmemente uma linha entre o alto e o baixo (... sobre o tópico da literatura “popular” contemporânea, Sainte-Beuve oscila sempre entre a condescendência e a censura; a literatura das ou sobre as classes mais baixas é aceitável nas margens do cânone apenas na condição de se portar como deve ser). (2007: 29)

Não se trata, obviamente, de obliterar, por uma incidência do histórico-político, a pertinência, tipicamente humanista, da questão do clássico. Sobre esse ponto, nada como regressar a Ernst Robert Curtius, que num dos apêndices ao seu *magnum opus* incluído na obra após a edição *princeps* de 1948 (“As bases medievais do pensamento ocidental”, originariamente proferido como conferência em Aspen, Colorado, em 1949, na comemoração do Bicentenário de Goethe) afirma, invocando Sainte-Beuve:

Permitam-me que me demore um pouco neste ponto [a “autoridade canônica” dos *auctores*]. Creio que não tem recebido a atenção que merece. Trata-se de um problema crucial não apenas para o entendimento mas para a compreensão das humanidades. O problema pode ser assim formulado: O que é um clássico? T. S. Eliot, como se lembram, levantou a questão em 1944. Sainte-Beuve tinha-o feito já em 1850. Todas as épocas são confrontadas com esta questão. Dizem-me que algumas universidades americanas listam a centena ou mesmo os cento e dez melhores livros do mundo. Retrocedamos então uns setecentos anos. Que seleção dos melhores livros era proposta aos estudantes nessa época? (1990: 590)

Tanto Curtius como T. S. Eliot e, antes deles, Sainte-Beuve, sabem que “o clássico” é o pressuposto das Humanidades enquanto transmissão e escolarização do passado. Por outras palavras, não há Humanidades, como não há Escola, sem preservação e transmissão da herança cultural. Podemos chamar a isto o *momento conservador*, em sentido rigoroso, das Humanidades, admitindo, sem estados de alma, que não pode haver Escola sem esse pressuposto conservador. Admiti-lo, porém, não é o mesmo que conceber o clássico como uma entelúquia que apenas respondesse às suas leis internas, como aprendemos de modo eloquente lendo Sainte-Beuve, T. S. Eliot ou Curtius³. O clássico é, sim, um foco de tensões e conflitos históricos, quer dizer, historicamente suspensos mas não resolvidos e sempre predispostos por isso a ser reativados em novos contextos. É justamente isso que Prendergast nos dá a ver ao reconstituir o lugar do ensaio de Sainte-Beuve sobre o clássico na evolução complexa, e por vezes contraditória, da sua obra, bem como no sistema de formações discursivas do seu tempo.

Das contextualizações produzidas por Prendergast para o ensaio de Sainte-Beuve sobre o clássico, refiram-se as seguintes: (i) o lugar estratégico da Antiguidade na reflexão moderna sobre o clássico (moderno significa aqui desde o século XVII). A este respeito, se tivermos em mente a forma como Sainte-Beuve opta por Virgílio – que será o herói conceptual e político do ensaio de T. S. Eliot – em detrimento de Homero, logo percebemos a clivagem entre a representação neoclássica da Antiguidade e a romântico-populista que, a partir do século XVIII, fará antes de Homero a sua referência central; (ii) a política do clássico, que faz sobrepor uma conceção impe-

3 Uma outra forma de o dizer é a que consiste em chamar a atenção para o cunho intensamente político, e mesmo programático, das reflexões destes três autores sobre o clássico, reflexões que, todas elas, somatizam o contexto histórico dramático em que são produzidas: em Sainte-Beuve as revoluções de 1848, em Curtius e Eliot a Segunda Guerra Mundial.

rial (romana e repartida por Augusto e Virgílio) à imagem moderna do Estado Nação, o que na França posterior a Sainte-Beuve deixará marcas no pensamento da Extrema-Direita⁴; (iii) o impacto da filologia comparada, com o seu lastro etno-nacionalista, e a recodificação que produziu das fidelidades associadas à biblioteca dos “clássicos universais”; (iv) o cosmopolitismo da noção goethiana de *Weltliteratur*, que funcionará como elemento corretivo da deriva nacionalista que a filologia oitocentista veio alimentar; (v) a relação, mais ansiosa do que terapêutica, entre o clássico e a cultura de massa emergente ou, num desdobramento ao gosto retórico de Sainte-Beuve, aquilo a que chamou a “invasão” da democracia literária.

Lendo o ensaio de Sainte-Beuve a partir desta agenda teórico-crítica, o seu lugar na obra do autor, e em toda a crítica cultural do século XIX, torna-se imediatamente central. Do mesmo modo, percebemos que a presença de Sainte-Beuve em T. S. Eliot, e mesmo em Curtius, é mais pregnante do que à primeira vista poderia parecer (sobretudo em Eliot, cuja reflexão e utilização do clássico é inseparável do propósito de sobre ele construir um modelo societário).

Uma certa debilidade do debate português nas Humanidades é por vezes função da dificuldade de acesso às fontes, dado o escasso volume de tradução de obras de referência. Com a edição desta tradução do ensaio de Sainte-Beuve para português deseja-se contribuir para reativar uma discussão em torno de um tópico que estará conosco enquanto as Humanidades estiverem entre nós, recorram elas à Biblioteca física ou à digital. Uma vez que a legitimação dos estudos literários é, pese embora a ilusões de teor nacionalista ou outras, de tipo institucional, a única forma de continuarmos a dar sinal da

4 E que é ainda reconhecível na tentativa eliotiana para reconstruir a Europa *qua* Império com capital em Roma e com Virgílio funcionando como emblema de uma conceção ainda orgânica da civilização europeia.

pertinência da nossa disciplina é a que consiste em relermos, uma e outra vez, os seus textos fundadores, pois é em grande medida por meio dessa releitura que poderemos refundar os estudos a que nos dedicamos.

Agradeço a Manuel Resende a preciosa ajuda nesta tradução.

REFERÊNCIAS

- CABANIS, José (1987). *Pour Sainte-Beuve*. Paris: Gallimard.
- CASANOVA, Nicole (1995). *Sainte-Beuve*. Paris: Mercure de France.
- COMPAGNON, Antoine (1995). "Sainte-Beuve and the Canon". *Modern Language Notes*, 110.5: 1188-1199.
- CRÉPU, Michel (2001). *Sainte-Beuve: Portrait d'un sceptique*. Paris: Perrin.
- CURTIUS, Ernst Robert (1990). *European Literature and the Latin Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press.
- LEPENIES, Wolf (2002). *Sainte-Beuve au seuil de la modernité*. Paris: Gallimard.
- PRENDERGAST, Christopher (2007). *The Classic: Sainte-Beuve and the Nineteenth-Century Culture Wars*. Oxford: University Press.
- PROUST, Marcel (2000). *Contre Sainte-Beuve*. Paris: Gallimard.
- WELLEK, René (1972). *Historia de la crítica moderna: 1750-1950*. Trad. J. C. Cayol de Bethencourt, vol. III, Madrid: Editorial Gredos.